

A MORAL E A IMPORTÂNCIA DAS INTERAÇÕES SOCIAIS PARA A SUA CONSTRUÇÃO

2012

Anelise Fernandes Silveira

Graduada em Psicologia pela Universidade Católica de Pelotas/ UCPEL, Brasil
Especialização em Gestão de Pessoas
Personal e Professional Coaching pela Sociedade Brasileira de Coaching

E-mail:

anedeanelise@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica a respeito do tema moral, ética, afetividade e a importância das relações sociais como mecanismo vigente durante os processos de (des)construção dos mesmos.

O caráter social da moral e sua pertinência foram levantados através deste estudo, assim também foram consideradas as principais obras relativas ao tema. Os principais autores visitados foram Piaget, Wallon, Vygotsky, Gianotti, Yves de la Taille, Garcia Morente, Ibañez, Luria, Delleuze entre outros grandes pensadores.

Visto que a inteligência humana só se desenvolve no indivíduo em função das interações sociais, da mesma forma, todo o senso de certo e errado, adequação ou não, atravessa a construção social de um aglomerado de pessoas. O homem é um ser essencialmente social, impossível, portanto, de ser pensado fora do contexto da sociedade em que nasce e vive.

O estudo concluiu que a dimensão ética sempre vai estar presente na esfera da moral, uma vez que qualquer relação interindividual pressupõe regras e formação de conceitos sobre a

realidade, onde linguagem, moral e significação se articulam, todas perpassando pelo âmbito da afetividade, da construção coletiva, serem pensadas separadamente para fins de totalidade.

Palavras-chave: moral, social, ética, afetividade, linguagem.

INTRODUÇÃO

O homem considerado como molécula isolada do resto de seus semelhantes, o homem visto como independente das influências dos diversos grupos que frequenta, o homem visto como imune aos legados da história e da tradição, este homem simplesmente não existe, tal postulado segundo o qual o homem é *geneticamente social* é defendido por teóricos como Wallon e Piaget.

O objetivo geral do trabalho foi identificar os fatores relacionados à construção da moral ao longo da vida. Como objetivos específicos o estudo procurou compreender a relação existente entre cultura e moral. Analisar os processos relativos à linguagem, como sistema de definições dos indivíduos e suas consequências.

As hipóteses levantadas são de que o sistema moral de cada indivíduo interfere no seu comportamento; a maneira com que o sujeito se relaciona e se comporta possui relação com as interações sociais do meio em que se encontra; a construção da moral percorre todas as fases de vida do sujeito.

O processo de socialização passa por diferenças nas trocas intelectuais, diferenças de qualidade, quando mais evoluído for o sujeito mais autonomia ele terá. No entanto, longe de significar isolamento e impermeabilidade à cultura a qual o sujeito está inserido, autonomia significa ser capaz de estar consciente dos diversos pontos de vista e conflitos presentes numa sociedade. Relacionando as várias possibilidades de interação social e suas consequências para a vida dos indivíduos bem como a análise da atual cultura de valores que o mundo contemporâneo produz.

CONSTITUINTES DO CAMPO ÉTICO – MORAL

Para que haja conduta ética é preciso que exista o agente consciente, isto é, aquele que conhece a diferença entre bem e mal, certo e errado, permitido e proibido, virtude e vício. A consciência moral não só conhece tais diferenças, mas também se reconhece como capaz de julgar o valor dos atos e das condutas e de agir em conformidade com os valores morais.

Para Marilena Chauí a simples existência da moral não significa a presença explícita de uma ética. Toda a sociedade tende a naturalizar a moral, de maneira a assegurar sua perpetuação através dos tempos. De fato, os costumes são anteriores ao nosso nascimento de forma que as sociedades tendem a naturalizá-los, ou seja, torná-los como fatos naturais existentes por si mesmos. Enquanto o que na realidade ocorre, é que os costumes, a moral, são contratos, combinações feitas entre os sujeitos e assim reproduzidas através de conceitos e comportamentos durante os tempos.

A filosofia moral ou a disciplina denominada ética nasce quando se passa a indagar o que são, de onde vem e o que valem os costumes.

Para somar a essa composição de complexidades, diante dos seres, sejam eles coisas inertes, seres vivos ou ideias, somos mobilizados pela nossa afetividade, somos afetados de alguma forma por eles, porque nos atraem ou provocam nossa repulsa. Portanto algo possui valor quando não permite que permaneçamos indiferentes. Segundo Garcia Morente os valores são num primeiro momento herdado por nós. Ao nascermos o mundo cultural é um sistema de significados já estabelecido, de tal modo que aprendemos desde cedo como nos portar à mesa, na rua, diante de estranhos; qual o padrão de beleza; que direitos e deveres temos. Conforme os padrões são atendidos ou transgredidos são avaliados como bons ou maus.

De acordo com Gianotti (1992) o ser humano “con-vive” com pessoas e qualquer ato seu compromete os que os cercam. Portanto, é preciso considerar os dois pólos contraditórios do pessoal e do social como uma relação dialética, ou seja, uma relação que estabelece o tempo todo implicação recíproca entre determinismo e liberdade, entre adaptação e desadaptação à norma, aceitação e recusa.

Discussões sobre o que constitui a crise ética do nosso tempo, bem como o que a ética tem a nos dizer sobre nossa ação cotidiana em casa, no ambiente de trabalho e com os demais

sujeitos, são proposições relevantes em pauta para a sociedade atual, a qual tem seguido a risca todas as orientações da cartilha do consumo excessivo (de tudo aquilo que se possa consumir).

Ninguém nasce moral, mas torna-se moral, não nos tornamos moral fora de um determinado mundo de valores, de princípios e de condutas que nos foram passados pelo meio que nos formou. É isso que de certa forma nos determina ou nos condiciona, em relação à escolha que fazemos e a modos de vida disponíveis em nossa sociedade. Isto é, estamos sempre situados em relação ao que a humanidade produz de si mesma em seus valores. Ou seja, o homem produz sua humanidade e ela é própria a uma determinada moral e a uma determinada cultura de valores que em cada tempo se institui.

Em cada tempo se encontrará divergências sobre o que fazer, do que viver e do que se projetam, naquele momento sobre o futuro do próprio homem. As escolhas não se fazem sem dúvidas. Pode-se dizer que o humano não se faz sem dúvidas, sem perdas, nem sem dor ou sofrimento.

A CRISE DA ÉTICA E A CULTURA DE VALORES DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

A sociedade moderna nos legou a ideia de indivíduo, de propriedade privada, da liberdade e do processo técnico-científico, de uma sociedade baseada na ideia de uma razão livre e autônoma que em última instância, escolhe a partir de cada um, de sua vontade individual e soberana, o rumo e os fins que cada um quer dar a si mesmo.

Através do capitalismo e de sua estrutura de poder instituído pelo Estado, pelo Direito, estabeleceu também uma moral própria que reproduzisse essa estrutura de valores dominantes em nossa sociedade. Enquanto na esfera da ordem privada e pessoal você é antes de tudo, apenas por você mesmo. Você é sua vontade e o que puder fazer dela dentro das regras que esse Estado condiciona para suas relações de comércio, de trabalho, de quem se apodera dele, do que é feito dele e de quem lucrar com ele.

Nossas sociedades estão sempre internamente divididas por estas escolhas, pelos que apostam na conservação de valores e pelos que apostam na reinvenção de novos tempos, de um novo modo de vida, de um novo modo de produção do trabalho. A nossa sociedade nunca

produziu tanto conhecimento e nunca disponibilizou – para quem puder comprar – uma parafernália tecnológica sempre e cada vez mais imprescindível. Tudo é sempre novo, mas ao mesmo tempo, tudo é feito para que se jogue o velho fora e para comprar o modelo mais novo. Nesse contexto a ordem é sempre da competição e da concorrência entre os indivíduos, essa ordem ironicamente é chamada de ordem do progresso social, econômico.

Por isso a ordem do nosso mundo não é nada ingênua. É, muitas vezes, uma grande selvageria porque afinal, alguns sempre vão querer levar vantagem em detrimento dos outros, em detrimento do que possa ser algo coletivo, ou bem comum.

Essa razão dominante serve a uma causa: ao ganho estrondoso de poucos em detrimento da miséria e da dificuldade de uma imensa maioria que, quando pode ter um emprego, fica muito feliz por muito pouco.

A moral é parte da práxis interativa; é fundada sobre posições que visam determinados fins, que não se vinculam diretamente à esfera econômica, mas dependem dessa base para se reproduzir. Sob essa base, contém uma série de potencialidades emancipadoras: é uma expressão da capacidade auto-legisladora do ser social; torna o indivíduo responsável pelos seus atos, amplia sua consciência, estabelece vínculos sociais, propicia um exercício de autonomia.

A MORAL E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CONCEITOS

A moral é parte fundamental da vida cotidiana, pois a reprodução das normas depende do “espontaneísmo” e da repetição para que elas se tornem hábitos e se transformem em costumes que respondem às necessidades de integração social.

A legitimação das prescrições morais implica uma aceitação subjetiva, pois, se não forem intimamente valorizadas elas não se reproduzem diante das situações cotidianas, em que a necessidade de escolha entre uma ou mais alternativa se faz presente. A partir do momento em que os indivíduos incorporam determinados papéis e comportamentos, reproduzem-se espontaneamente, donde a tendência à vida cotidiana, as escolhas nem sempre significam um exercício de liberdade e acabam por cristalizar-se como diria Moreno.

De fato, cada um de nós precisa construir conhecimentos em resposta a uma demanda social de algum tipo, seja ela na escola ou no ambiente de trabalho, e também precisa comunicar seu pensamento, cuja correção e coerência serão avaliadas pelos outros. Para Piaget, nem todo tipo de relação interpessoal sempre irá favorecer o desenvolvimento.

Vygotsky tem como um de seus pressupostos básicos a ideia de que o ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social. A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem.

Nesse sentido a linguagem assume um papel de extrema importância na formação de conceitos e na transmissão dos mesmos, é através da linguagem, tida como símbolo, que as representações do real e do imaginário são introjetadas pelos sujeitos.

A LINGUAGEM COMO CÓDIGO MEDIADOR

Piaget afirma existir *“uma lógica de coordenações de ações mais profundas do que a lógica vinculada à linguagem e muito anterior à lógica das 'proposições', no sentido estrito”* (Piaget, 1979). Nesta mesma ordem de ideias, Piaget admite que a linguagem fosse uma condição necessária para a realização das estruturas lógicas, bem como para a transmissão de valores sociais. Signos, carregados de significados.

O pressuposto central de sua análise é que o desenvolvimento da linguagem oral é, antes de tudo, a história da formação das funções mais importantes do comportamento cultural da criança e do ser humano (Vygotsky, 1996).

O comportamento do homem é o produto do desenvolvimento de um sistema amplo de ligações e relações sociais, formas coletivas de comportamento e cooperação social (Vygotsky, 1994).

"A linguagem intelectualiza-se, une-se ao pensamento e o pensamento verbaliza-se e une-se à linguagem" (Vygotsky, 1995, p. 172).

A linguagem e os significados das palavras se desenvolvem por via natural e a história do desenvolvimento psicológico do significado da palavra nos ajuda a esclarecer, até certo ponto, como transcorre o desenvolvimento dos signos, como aparece por via natural o primeiro signo, como sobre a base do reflexo condicionado se realiza a dominação do mecanismo da designação.

Sabemos que nossas palavras não são inventadas. No entanto, se perguntarmos a qualquer um, tal como fazem as crianças, por que um objeto dado se chama assim, a maioria de nós não saberia responder (Vygotsky, 1995). Enquanto para Piaget tudo é criação. Nesse sentido, não seriam as palavras inventadas?

“Se por um lado a ideia de mediação remete a processos de representação mental, por outro lado refere-se ao fato de que os sistemas simbólicos que se interpõem entre sujeito e objeto de conhecimento tem origem social. Isto é, é a cultura que fornece ao indivíduo os sistemas simbólicos de representação da realidade e, por meio deles, o universo de significações que permite construir uma ordenação, uma interpretação dos dados do mundo real. Ao longo do seu desenvolvimento o indivíduo internaliza formas culturalmente dadas de comportamento, num processo em que atividades externas, funções interpessoais, transformam-se em atividades internas, intrapsicológicas. As funções psicológicas superiores, baseadas na operação com sistemas simbólicos, são, pois, construídas de fora para dentro do indivíduo. O processo de internalização é, assim, fundamental no desenvolvimento do funcionamento psicológico humano.” (Oliveira, 1991.)

E é através dessa introjeção de significados que se torna possível a construção de sentido, característica fundamental para saúde mental. É através do sentido criado que se possibilita evitar o adoecimento; o sentido do trabalho; o sentido da própria existência é constantemente construído e interpretado através dos sistemas simbólicos.

O conceito de "ferramenta" ou de "instrumento" é que fundamenta a origem "natural" da linguagem. No mesmo ato criativo do homem de elaborar os instrumentos a partir dos quais

transforma a realidade, o ser humano cria formas de controlar o seu próprio processo de se relacionar com a natureza. Portanto, é no conceito de trabalho, de uma forma geral, e no conceito de ferramenta, de forma específica, que está à origem da ideia de linguagem. Este processo complexo de autocriação parte de uma diferenciação da integridade primitiva e da formação de dois pólos da linguagem, o estímulo-signo e o estímulo-objeto.

Enquanto as ferramentas ou a via colateral real estão orientadas para modificar algo na situação externa, a função do signo consiste, antes de tudo, em modificar algo na reação ou na conduta do próprio homem. O signo não muda nada no próprio objeto; limita-se a nos proporcionar uma nova orientação ou a reestruturar a operação psíquica (Vygotsky, 1995). Ou seja, a questão é sempre a interpretação do objeto e não o objeto em si.

Desvelando assim os complexos processos do desenvolvimento do homem e da sociedade atual, compreendida então, não como algo dado, algo “sempre foi assim”, mas como fruto de um longo processo de formação.

Vygotsky afirma que a questão principal quanto ao processo de formação de conceitos é a questão dos meios pelos quais essa operação é realizada, já que “todas as funções psíquicas superiores são processos mediados, e os signos constituem o meio básico para dominá-las e dirigi-las. O signo mediador é incorporado à sua estrutura como uma parte indispensável, na verdade a parte central do processo como um todo. Na formação de conceitos esse signo é a palavra, que em princípio tem o papel de meio na formação de um conceito e, posteriormente torna-se seu símbolo.” (Vygotsky, 1989)

Luria (1987) aprofunda suas convicções sobre a questão complexa das relações entre linguagem e pensamento onde o tema central de suas conferências é o exame da consciência e dos complexos dispositivos que possibilitam ao ser humano sair dos limites do reflexo imediato da realidade e pensar o mundo em suas relações complexas e abstratas, ultrapassando os limites da percepção sensível. Em outras palavras, esta seria a grande questão colocada para a psicologia. A resposta dada por Luria a este problema está na linguagem. A linguagem é que possibilitaria ao sujeito realizar a ultrapassagem dos limites colocados por sua experiência imediata; e a palavra é o elemento fundamental da linguagem, porque ela designa as coisas, as ações, as relações, e permite a reunião dos objetos em sistemas - enfim, é a palavra que codifica a

experiência. É a palavra que codifica o pensamento, não no sentido de fala, mas no sentido de símbolo que representa algo.

“A palavra não somente designa uma coisa e separa suas características. A palavra generaliza uma coisa e a inclui em uma determinada categoria, ou seja, possui uma complexa função intelectual de generalização (...). Ao generalizar os objetos, a palavra converte-se em um instrumento de abstração e generalização, que é a operação mais importante da consciência (...). Isto significa que a palavra não é somente um meio de substituir as coisas, é a célula do pensamento, precisamente porque a função mais importante do pensamento é a abstração e a generalização” (Luria, 1987).

Sua gênese perde-se na história das relações estabelecidas pelo homem com o mundo por meio do trabalho e das necessidades de comunicação impostas pela realização da vida compartilhada, coletiva. "Toda a história posterior da linguagem é a história da emancipação da palavra do terreno da prática, da separação da fala como atividade autônoma e seus elementos - as palavras - como um sistema autônomo de códigos" (Luria, 1987).

Um dos principais alicerces desta abordagem tem sido o reconhecimento da natureza simbólica da realidade social. Como destaca Ibañez (1989), "não é a natureza do objeto, mas o tipo de relação em que o fenômeno está inserido, o que confere-lhe sua dimensão social, e esta relação é eminentemente simbólica". Estamos afirmando, então, que o social do psiquismo humano não está determinado pela tipologia dos "objetos" (outros sujeitos), mas se constitui a partir da construção de um mundo de significados compartilhados num conglomerado humano, sendo, portanto, um processo social, cultural e historicamente situado.

Ou seja, os discursos têm sentido enquanto se constituem em unidades de (inter)ação social e, como tais, em práticas sociais concretas. Segundo Crespo (1991), o termo é utilizado "para fazer referência a um fragmento de interação linguística, mas na prática se fala de discurso para referir-se a qualquer tipo de intervenção verbal".

Além da natureza simbólica da realidade social, destaca a natureza construtivista da linguagem na interpretação e recriação da realidade social.

Voloshinov (1992) destaca que "a psicologia social é precisamente aquele meio ambiente que, composto das atuações discursivas mais variadas, abrange todas as formas e aspectos da criação ideológica..." Por isso reconhecemos sua importância para este estudo, não seria possível pensar o homem e seus processos sem se debruçar sobre os estudos da Psicologia Social.

Além disso, esse autor coloca condições, formas e conteúdos da comunicação discursiva em estreita interdependência com a realidade sócio-econômica e cultural de uma época e dos contextos específicos em que a comunicação tem lugar. Para ele, não apenas a palavra (signo) impregna e dá sentido à atividade humana ou experiência social das pessoas, mas a mesma consciência "se constrói e se realiza mediante o material dos signos, criado no processo da comunicação social de um coletivo humano. A consciência individual se alimenta de signos, cresce com base neles, e reflete em si, sua lógica e suas leis". Também, necessitando toda prática social dos argumentos que dão sentido ou significação a tal prática, a linguagem está presente em todas as formas de atividade humana. Constitui-se, assim, um dos indicadores mais sensíveis dos processos de inter-relação e interação indivíduo-sociedade e permite-nos tomar contato com as contradições sociais e as posições de poder expressas nas palavras.

Portanto, essa função simbólica (capacidade do sujeito evocar o ausente e realizar operações somente a um nível mental) pode ser considerada sob dois ângulos: 1) enquanto prática social que vai categorizar a realidade, refletindo-se em um sistema de signos; e 2) no nível individual, enquanto exerce também um papel mediador na função planejadora e orientadora do pensamento através do discurso interior.

O destaque da interação social obriga a situar significado, tema e valoração no processo de interação entre o falante e o ouvinte, e não na língua, nem na vida intrapsíquica de um ou de outro. O **outro**, introduzido no processo discursivo, nem sempre é uma pessoa física, mas está constituído por todas as vozes **alheias** de origens diversas: a família, o meio social, as obras científicas ou literárias, etc. e tem sempre um papel ativo na interação. Voloshinov denomina

polifonia de vozes ao fato que nossos enunciados estão cheios de enunciados dos outros e permeados de suas expressões e valores.

A linguagem, por intermédio da palavra, tem o poder de generalizar, incluir e excluir. A palavra pode ser muda, o grau de sua importância não está no som, mas no significado que carrega e que transporta. A palavra pode ser não dita, porque o seu valor está na força da representação, na força do signo, do significado; esse que nos transmite algo, nada mais que um sentido.

UM OLHAR SOBRE A AFETIVIDADE

Para La Taille (1992) a moralidade humana é o palco por excelência onde afetividade e razão se encontram, via de regra, sob a forma de confronto.

Uma boa maneira de se compreender a articulação feita entre afetividade e juízo moral é analisar o que descreveram os principais teóricos sobre o tema, pegaremos como ponto de partida as concepções de Piaget.

Competência cognitiva, competência afetiva e ainda, um contexto favorável, as conclusões demonstram que essas características estão fortemente ligadas as saberes éticos, comunicacionais e de gestão. Trata-se de um saber construído progressivamente, em experiências permeadas por respeito mútuo, reciprocidade e empatia, tendo a cooperação como principal estratégia.

Para responder a essa indagação, de como se articulam a afetividade e a razão, como convivem suas respectivas características e exigências, longe de esgotar o tema, o objeto do juízo e da ação moral torna-se uma busca para a psicologia contemporânea e Piaget torna-se referência obrigatória para todos os pesquisadores da moralidade humana e das interações sociais, e fonte até de inspiração filosófica para pensadores debruçados sobre a questão de Ética.

A rigor, toda tentativa de resumo de ideias, não se encontram conclusões definitivas, reflexões completas, conceitos lapidados que possam ser, com precisão, transmitidos.

Para Piaget existem duas possibilidades de relação interindividual, são elas a: coação e a cooperação. Chama-se de coação social, toda a relação entre dois ou mais indivíduos na qual intervém um elemento de autoridade ou de prestígio. Verifica-se que o coagido tem pouca participação racional na produção, conservação e divulgação das idéias. Não produz idéias novas, apenas aceita o produto final como válido, uma vez aceite conserva, limitando-se a repetir o que lhe impuseram.

Ele passa a impor o que lhe impuseram. Neste caso, não há verdadeiro diálogo, uma vez que um fala e o outro se limita a ouvir e a memorizar, sem fazer um esforço para analisar a partir de que perspectiva essas “verdades” foram elaboradas.

Para Durkheim, todo o ato moral envolve obrigatoriamente dois aspectos: o dever e o bem. O dever corresponde ao sentimento de obrigatoriedade que experimentamos perante uma regra moral, e que nos fala a ela obedecer. Todavia o autor separa radicalmente razão e sensibilidade, nega que o respeito pelas regras possa ter qualquer raiz nas emoções. Não considera a afetividade como uma potencialidade humana capaz de influenciar o homem nas suas escolhas.

No entanto, Durkheim está consciente de que o fato de aliar obrigatoriedade à “desejabilidade” pode constituir-se numa contradição. Escreve ele: “Jamais do desejável poderemos obter a obrigação, uma vez que o carácter específico da obrigação é, em alguma medida, o de violentar o desejo”.

Piaget elegeu o famoso sociólogo como “adversário” teórico, por algumas razões, uma delas é pelo fato desse autor defender claramente que o desenvolvimento intelectual e moral decorrem de uma interiorização, pela criança, da cultura vigente. Enquanto o construtivismo de Piaget visa oferecer uma concepção, na qual o sujeito participa ativamente de seu desenvolvimento moral e intelectual, e onde, defende uma autonomia possível do sujeito perante a sociedade.

A relação de coação, como seu nome indica, é uma relação assimétrica, na qual um dos pólos impõe ao outro suas formas de pensar, seus critérios, suas verdades. Em uma palavra, é uma relação que não existe reciprocidade. Pode-se também dizer que é uma relação constituída,

no sentido de que suas regras são dadas de antemão, e não podem nem devem ser constituídas pelos diferentes participantes (eles não podem ser “legisladores”).

Tal coação não deve ser obrigatoriamente entendida como uma tirania conscientemente exercida por alguém ou por um grupo: pode ser em decorrência de algum tipo de organização institucional, que talvez tenha tido sua origem na necessidade de algum grupo de controlar o poder social, mas que no decorrer do tempo manteve-se pela tradição.

Para Piaget, as relações de coação são contraditórias com o desenvolvimento intelectual das pessoas a elas submetidas. No caso, reforça o egocentrismo, que, entre outras coisas, representa justamente a dificuldade de se colocar no ponto de vista do outro e assim estabelecer, com ele relações de reciprocidade.

As relações de cooperação representam justamente aquelas que vão possibilitar o desenvolvimento, pressupõe a coordenação das operações de dois ou mais sujeitos. Não há assimetria, imposição, repetição, crença, etc. Há discussão, troca de pontos de vista e controle mútuo dos argumentos. Vê-se que a cooperação é o tipo de relação interindividual que representa o mais alto nível de socialização.

Para sublinhar a etimologia do termo (co-operação), são simétricas; portanto regidas pela reciprocidade. São relações constituintes, que pedem, pois, mútuos acordos entre os participantes, uma vez que as regras não são dadas de antemão. Somente com a cooperação, o desenvolvimento intelectual, moral e afetivo pode ocorrer, pois ela exige que o sujeito se descentre para poder compreender o ponto de vista alheio. No que tange à moral, da cooperação derivam o respeito mútuo e a autonomia.

As relações de coação e de cooperação ocorrem em qualquer sociedade. Ser coercivo ou ser cooperativo, via de regra, depende de uma atitude moral, o indivíduo deve querer ser cooperativo. É importante dizer que o desenvolvimento cognitivo é condição necessária ao pleno exercício da cooperação, mas não condição suficiente, pois uma postura ética deverá completar o quadro.

Piaget reconhece que para algumas pessoas, a dominância do tipo de relação na forma de coesão permanece a vida toda. É possível citar como exemplo pessoas que somente conseguem

raciocinar moralmente a partir de um conjunto de regras estabelecidas socialmente, preconizando a simples obediência e condenando qualquer forma de “desobediência civil”.

Na coação trata-se, portanto, de fazer “como os outros”, seguindo-se o critério da semelhança. Na cooperação, no entanto, o critério é outro: é o de coordenar o ponto de vista próprio com o ponto de vista do outro.

O equilíbrio social não se dá mais, portanto, pela padronização dos comportamentos, mas sim pela coordenação das diferenças existentes.

Está assim garantida à autonomia e a “moral comum”, esta última em constante modificação.

Ainda, quando se trata de analisar o domínio dos afetos, nada parece de muito misterioso: a afetividade é comumente interpretada como uma “energia”, portanto algo que impulsiona as ações. Vale dizer que existe algum interesse que motiva a ação. O desenvolvimento da inteligência permite, sem dúvida, que a motivação possa ser despertada por um número cada vez maior de objetos ou situações. Todavia o princípio básico permanece o mesmo: a afetividade é a mola propulsora das ações, e a razão está a seu serviço.

Segundo Wallon (1972) no início do desenvolvimento da criança, a longa fase emocional da infância tem sua correspondente na história da espécie; nas associações humanas mais primitivas, o contágio afetivo supre, pela criação de um vínculo poderoso para a ação comum, as insuficiências da técnica e dos instrumentos intelectuais. Enquanto não for possível a articulação de pontos de vista sofisticados e bem diferenciados, a emoção garantirá para o indivíduo e para a espécie, uma forma de solidariedade afetiva. O caráter altamente contagioso da emoção vem do fato de que ela é visível, abre-se para o exterior.

Ao buscar explicações para a importância da afetividade, é necessário tomar a história do desenvolvimento humano. E, a afetividade nessa perspectiva não é apenas uma das dimensões da pessoa, ela é também uma fase do desenvolvimento. O ser humano logo que saiu da sua vida orgânica, foi um ser afetivo. Portanto no início da vida, afetividade e inteligência estão sincreticamente misturadas, com o predomínio da primeira.

A partir daí, a história da construção da pessoa será constituída por uma sucessão de momentos predominantemente afetivos e cognitivos. E as aquisições sociais, morais, de linguagem e comunicação incorporam-se de maneira integrada e constante.

Deve-se então concluir que a construção do sujeito e do objeto alimenta-se mutuamente. Ambos os processos são sociais, interpessoais e culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal questão que instigou o desenvolvimento do trabalho como interesse teórico, está em fundamentar as questões relativas à construção da moral individual e a importância social e cultural para o desenvolvimento da mesma.

Para Piaget o “ser social” de mais alto nível é aquele que consegue se relacionar com seus semelhantes de forma equilibrada. Essa maneira “equilibrada” se apresenta de diferentes maneiras na infância, na adolescência e na idade adulta e, sofre as interações sociais do meio em que o sujeito se encontra.

No que se refere às influências da interação social no desenvolvimento cognitivo, é indispensável que se pense na cultura como um fator de grande importância: determinações ideológicas, religiões, classes sociais, sistema econômico, presença ou ausência de escolarização, características da linguagem, riqueza ou pobreza do meio. Como um dos principais estudiosos do desenvolvimento humano, Piaget pensa o social e suas influências sobre os indivíduos pela perspectiva da ética, perspectiva à qual o estudo procurou focar cuidadosa atenção.

Ainda, nesta dimensão ética, saímos do ponto de vista individual, para cair imediatamente no campo político: o regime, as instituições, os locais de trabalho devem possuir valores éticos e morais.

Ao longo do seu desenvolvimento o indivíduo internaliza formas culturalmente dadas de comportamento, num processo em que as atividades externas, funções interpessoais, transformam-se em atividades internas, intrapsicológicas. As funções psicológicas superiores, baseadas na operação com sistemas simbólicos, são, pois, construídas de fora para dentro do

indivíduo. O processo de internalização é, assim, fundamental no desenvolvimento do funcionamento psicológico humano. (OLIVEIRA, 1991.)

REFERÊNCIAS

DANTAS, H. **A infância da razão**. São Paulo: 1990.

DELEUZE, G. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GIANNOTTI, J. A. **Origens do Marxismo filosófico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GIROUX, Henry. **A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado**. São Paulo: Cortez, 2003.

GUATTARI, F. & ROINIK, S. **Micropolíticas: Cartografias do Desejo**. Petrópolis: Vozes (1993).

IBÁÑES, T. **La dimensión política de la Psicología Social**. Revista Latinoamericana de Psicología, 25 (1), 1993.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LA TAILLE, Yves de. Piaget, Vygotsky, Wallon. **Teorias Psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

LURIA, A. R. **Diferenças Culturais de pensamento**. São Paulo: Ícone, 1988.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais**. São Paulo: Ícone, 1990.

OLIVEIRA, M. K. **Do Biológico ao cultural: a contribuição de Vygotsky à compreensão do desenvolvimento humano**. São Paulo: Mimeo, 1991.

PIAGET, J. **A Psicogênese dos Conhecimentos e a sua Significação Epistemológica**, (In Jean Piaget e Noam Chomsky (org.), **Teorias da Linguagem, Teorias da Aprendizagem**, trad. port. de Rui Pacheco, Lisboa: 1970.

PIAGET, J. **Lógica e Conhecimento Científico**, tradução port. de Sousa Dias e Filipa Araújo, Porto: Livraria Civilização: 1980.

PIAGET, J. **Aprendizagem e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1979.

PIAGET, J. **O Juízo Moral na Criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, J. **Inconsciente Afetivo e Inconsciente Cognitivo**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

SILVA, R. N. **Notas para uma genealogia da Psicologia Social**. *Psicologia e Sociedade*, 16 (2), 2004.

VYGOTSKY, L. S. & LURIA, A. R. **Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1988.

